

# A Teoria Crítica das Relações Internacionais: Questionando a Tradição Positivista do Realismo Estrutural

Carolina Moehlecke \*

**RESUMO:** Este artigo apresenta os principais aspectos da Teoria Crítica em Relações Internacionais, à luz da crítica que essa abordagem faz ao Realismo Estrutural de Kenneth Waltz, utilizando como referência o trabalho de Robert Cox sobre o tema. Primeiramente, será abordada a forma como a Teoria Crítica interpretou o Marxismo, ressaltando o seu enfoque historicista. Posteriormente, serão discutidos os aportes epistemológicos da Teoria Crítica e como estes representam uma abordagem questionadora à tradição positivista das Relações Internacionais, sobretudo em relação ao Realismo Estrutural. Em seguida, são explicadas as características e a lógica de funcionamento da Teoria Crítica de Cox. Por fim, a conclusão procura analisar e refletir sobre a importância da Teoria Crítica para os estudos das Relações Internacionais contemporâneas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria das Relações Internacionais, Teoria Crítica, Marxismo, Materialismo Histórico.

---

\* Graduanda do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Artigo elaborado para a disciplina de Teoria das Relações Internacionais II, em 2013/2. E-mail: carolina.moehlecke@gmail.com.

## 1 Introdução

A Teoria Crítica surge, no contexto da década de 1980, como uma nova forma de entender e explicar as Relações Internacionais, através de uma abordagem que buscava superar a lógica positivista dominante na época, notadamente representada pelo Realismo Estrutural. Influenciado pelo Materialismo Histórico de Marx e pela noção de hegemonia de Gramsci, Robert Cox consolidou-se como o pioneiro na elaboração da Teoria Crítica de cunho neomarxista para as Relações Internacionais. A abordagem que Cox apresenta rejeita a adoção de um quadro analítico rígido, imutável e aplicável a qualquer evento do sistema internacional independentemente de contexto. Trata-se de uma teoria que possui forte cunho historicista, contextual e social, e que fundamenta suas premissas nas dinâmicas de forças potenciais (materiais, sociais e institucionais) atuando em estruturas específicas de maneira a transformá-las em todos os níveis. Um dos objetivos da Teoria Crítica é precisamente denunciar o aparente caráter isento e não normativo das abordagens positivistas, afirmando que as teorias procuram servir aos interesses do grupo dominante, impedindo a transformação das ordens vigentes. Admitindo a possibilidade de mudança através da interação das forças potenciais, a Teoria Crítica surge como uma abordagem não apenas descritiva, mas também com potencial transformador, portanto.

Com os pontos mencionados anteriormente como norteadores, o presente artigo objetivará apresentar as principais características e fundamentos da Teoria Crítica desenvolvida por Robert Cox, à luz da crítica que essa abordagem faz ao Realismo Estrutural de Kenneth Waltz, focando na sua cada vez mais limitada capacidade de explicar as mudanças nas dinâmicas das Relações Internacionais contemporâneas. A primeira parte do artigo apresentará a interpretação do Marxismo realizada pela Teoria Crítica e de que maneira suas premissas foram incorporadas a esta. A seção seguinte abordará os aportes epistemológicos inovadores da Teoria Crítica para o campo de Relações Internacionais, ressaltando o seu caráter alternativo às teorias positivistas que predominavam na época, com ênfase ao já mencionado Realismo Estrutural. Posteriormente, serão explicados os principais aspectos constitutivos da Teoria Crítica, procurando fornecer ao leitor uma ideia mais ampla da lógica do pensamento desenvolvido por Cox. Por fim, a conclusão trará considerações mais reflexivas a respeito das contribuições e da relevância da Teoria Crítica para o estudo das Relações Internacionais contemporâneas, confrontando seus méritos com suas lacunas.

## 2 A interpretação do Marxismo pela Teoria Crítica

Primeiramente, é necessário esclarecer que o termo “teoria crítica” pode significar dois pontos distintos no espectro teórico das Relações Internacionais. Segundo

Smith (1996), é possível referir-se a um conjunto de teorias críticas, que inclui as teorias feministas, as pós-modernistas e a Teoria Crítica de cunho neomarxista especificamente, derivada da Escola de Frankfurt. O presente artigo adotará a ideia de teoria crítica como a Teoria Crítica de corrente neomarxista somente, partindo do trabalho seminal de Robert Cox para a definição de tal corrente (JACKSON; SORENSEN, 2003). A Teoria Crítica de corrente neomarxista localiza-se no chamado Terceiro Debate das Relações Internacionais, que opõe epistemologias positivistas às abordagens pós-positivistas. Ao contrário dos debates anteriores, que na realidade opunham teorias que partilhavam muitas similaridades epistemológicas<sup>1</sup>, o Terceiro Debate se caracteriza por ser metateórico e por confrontar abordagens que possuem epistemologias profundamente diferentes (SILVA, 2005, p. 255).

Situada a posição da Teoria Crítica neomarxista no amplo espectro das abordagens teóricas das Relações Internacionais, é preciso aprofundar como a teoria em questão interpreta o Marxismo que a inspira. Robert Cox, em seu artigo seminal *Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory*, publicado originalmente em 1981, afirma que não é possível assumir o pensamento marxista como uma vertente única. Em função disso, realiza a caracterização de duas abordagens distintas: a primeira, denominada Materialismo Histórico, é aquela que procura explicar e promover mudanças sociais, através de uma lógica histórica; por sua vez, a segunda propõe um quadro analítico para o estudo do Estado capitalista e da sociedade, possuindo um caráter mais estático e, por isso, chamado de Marxismo estrutural (COX, 1986). Para os teóricos críticos, o Marxismo estrutural se aproxima das abordagens positivistas e se configura como uma teoria desse tipo porque procura elaborar uma fórmula científica aplicável a qualquer circunstância. Ademais, procura explicar os fenômenos sociais dentro de um mesmo quadro analítico, no qual o foco excessivo na dimensão econômica e nas relações de classe retira a relevância das influências políticas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Assim, por ser uma teoria que justamente rejeita a rigidez da tradição positivista, uma vez que esta se considera capaz de desenvolver e utilizar um quadro analítico geral aplicável à explicação de fenômenos sem observar o contexto histórico nos quais estes se desenvolvem, a Teoria Crítica utiliza a vertente marxista do Materialismo Histórico como base, atribuindo ao Marxismo estrutural um caráter ortodoxo.

O enfoque do Materialismo Histórico traz quatro aspectos importantes para a definição do escopo da Teoria Crítica e que podem ser utilizados para criticar alguns aspectos das abordagens positivistas, especialmente do Realismo Estrutural. São estes: a dialética; a dimensão vertical do poder; a sociedade civil como agente

---

<sup>1</sup> O Primeiro Debate foi o que opôs o Realismo ao Liberalismo nas décadas de 30 e 40, e o Segundo Debate confrontou as abordagens Tradicionalistas com as Behavioristas, nas décadas de 50 e 60. (SMITH, 1996).

das relações internacionais; e a conexão das relações de poder com as dinâmicas de produção (MOOLAKKATTU, 2009).

Primeiramente, a dialética, em uma abordagem histórica, é o mecanismo que confronta forças sociais opostas em uma situação concreta, funcionando como um potencial para a produção de alternativas (COX, 1986). Dessa forma, a dialética, enquanto elemento do Materialismo Histórico, constitui o agente capaz de promover mudanças estruturais, o que é, ao mesmo tempo, objeto de estudo e objetivo de alcance da Teoria Crítica. Em relação ao segundo elemento da abordagem em questão, a dimensão vertical do poder no sistema internacional diz respeito à maneira como as relações de poder entre os Estados são vistas pelas lentes do Materialismo Histórico: há uma clara divisão entre Estados que dominam (a metrópole ou o centro) e os subordinados (o interior ou a periferia). Sobre o terceiro elemento, a abordagem marxista historicista analisa a relação entre o Estado e a sociedade civil como a formação de um complexo que constitui a ordem mundial e que a altera em diversos momentos históricos. Finalmente, é introduzido o elemento econômico relacionado aos processos produtivos, que auxilia a explicação sobre as formas que os complexos “Estado/sociedade civil” adquirem em determinados contextos históricos. Há um entendimento de que mudanças na esfera da produção afetarão também as dimensões do Estado e, por fim, da ordem mundial (COX, 1986).

Os quatro aspectos do Materialismo Histórico explicados anteriormente dizem respeito à análise aprofundada das relações existentes entre sociedade civil, Estados e ordem mundial<sup>2</sup>, levando em consideração as forças políticas, sociais e econômicas que moldam essas relações em determinados contextos históricos. Assim, verifica-se que a interpretação do Marxismo realizada pela Teoria Crítica revela seus dois traços fundamentais: a rejeição à elaboração de verdades científicas imutáveis no tempo e no espaço, dadas como produtos da natureza e não como resultados das interações sociais; e a função transformadora da teoria, que não deve estar atada a paradigmas rígidos que se resumem a explicar a realidade, já que é justamente a aceitação da permanência das estruturas que conduz a sociedade a uma situação de alienação, dificultando o processo de transformação. Em síntese, a compreensão em termos de desenvolvimento histórico da sociedade é essencial para que as suas formas de dominação sejam superadas.

---

<sup>2</sup> Cox utiliza os termos “ordem mundial”, “política global” e “economia política global” ao invés de “relações internacionais” a fim de permitir a conexão entre o âmbito doméstico e o global em seu esquema de interações entre forças produtivas, ideias e instituições. (MOOLAKKATTU, 2009)

### **3 Os aportes epistemológicos da Teoria Crítica e os questionamentos ao Realismo Estrutural enquanto abordagem positivista**

A Teoria Crítica emerge no campo das Relações Internacionais na década de 80, procurando alterar um padrão de abordagem teórica que focava em questões de estrutura e necessidade e que afirmava que a recorrência e a repetição eram as únicas formas de comportamento do sistema internacional. Assim, ela passa a questionar essas afirmações ao inserir a reflexão sobre o fato de não haver, nas Relações Internacionais, uma teoria internacional dedicada a questões de direitos, liberdade, ordem e justiça (SHAPCOTT, 2008). Essa reflexão é fundamental para que se entenda a proposta da Teoria Crítica, que não manifesta preocupação com a aproximação das Relações Internacionais aos aspectos metodológicos das ciências exatas, ou seja, seu objetivo não é formular um conjunto de leis capaz de explicar as interações entre os atores internacionais e buscar um padrão a partir disso. O que há, de fato, é uma tentativa de demonstrar que as teorias positivistas, que se assumem como isentas de valor, contém, na verdade, um caráter normativo e que servem aos propósitos de alguém e de algum fim, afirmando que há a possibilidade de estabelecimento de uma ordem mundial mais justa e inclusiva. Robert Cox sintetiza essa espécie de denúncia da seguinte forma:

A teoria é sempre para alguém e para algum propósito. Todas as teorias tem uma perspectiva. As perspectivas derivam de uma posição no tempo e no espaço, especificamente no tempo e espaço social e político. O mundo é visto a partir de um ponto de vista definido em termos de nação ou classe social, de dominação ou subordinação, de ascensão ou queda de poder, de um senso de imobilidade ou de crise presente, de experiência passada, e de esperanças e expectativas para o futuro. (COX, 1986, p. 207)

Ou seja, para este autor, mesmo que a teoria seja altamente sofisticada e capaz de transcender o seu próprio ponto de vista em larga medida, o seu ponto de partida inicial sempre irá conter uma perspectiva conectada ao momento político e social no qual o sujeito formulador da teoria está inserido e, portanto, acabará respondendo aos interesses de alguma nação ou classe, que normalmente correspondem à manutenção do *status quo*, desfavorecendo os que estão em situação de subordinação. É através da percepção de que as teorias não são isentas que Cox identifica dois tipos de teorias: as teorias de resolução de problemas e as teorias críticas.

As teorias de resolução de problemas (sendo esta a classificação dada às teorias da tradição positivista e, entre elas, ao Realismo Estrutural) possuem o objetivo de atuarem como instrumentos de solução de problemas a partir de uma perspectiva particular (o seu ponto de vista inicial). Tomam o mundo e suas condições como

dadas, com as relações sociais e de poder prevaletentes, bem como as instituições nas quais elas estão organizadas, como o quadro analítico da ação. Possuem a habilidade de fixar parâmetros para uma determinada problemática reduzindo sua análise a um número de variáveis limitadas que retornam um exame relativamente preciso e apurado (COX, 1986).

O Realismo Estrutural de Kenneth Waltz parece cumprir com os requisitos de Cox para ser considerado uma teoria de resolução de problemas. Primeiramente, Waltz enxerga claramente que os atores fundamentais das relações internacionais são os Estados e que estes estão organizados em um sistema anárquico, no qual cada um persegue a sua própria sobrevivência, ou seja, seus interesses (DINIZ, 2007). Além disso, entende que os Estados possuem distintas capacidades de poder, definido em termos materiais, e que essa diferenciação é o que determinará o seu comportamento no sistema, organizando a distribuição de poder em polos, que podem se alterar através do instrumento da balança de poder (DINIZ, 2007).

O que Waltz define em termos de relações internacionais procura explicar a realidade dentro de um quadro analítico específico e rígido. Há o aspecto da condição imutável do sistema como anárquico, as relações de poder entre os Estados como algo inerente e em função das características do sistema, e as instituições e instrumentos como elementos permanentes, que é o caso da balança de poder. A teoria de Waltz tem o objetivo de constituir um aparato capaz de analisar as relações internacionais dentro de qualquer contexto, histórico e espacial, descon siderando a possibilidade de mudança na estrutura do sistema, que é tida como muito improvável.

Estes aspectos do Realismo Estrutural, enquanto abordagem positivista, constituem o centro do questionamento da Teoria Crítica. Retomando os pontos do Materialismo Histórico de Marx que fundamentam a Teoria Crítica de Cox, é possível realizar uma espécie de confrontação dos pilares do Realismo Estrutural com os aspectos considerados relevantes pela Teoria Crítica, a saber: (1) o caráter a-histórico dessa abordagem positivista frente à imprescindibilidade do contexto histórico da Teoria Crítica e como cada teoria enfrenta as possibilidades de mudança das estruturas; (2) a questão da distribuição de poder entre os Estados e o tipo de relação existente entre os atores; (3) o papel da sociedade civil na relação com os Estados, fundamental na Teoria Crítica ao abordar os períodos de transição entre ordens mundiais, e praticamente inexistente no Realismo Estrutural; (4) a capacidade das relações produtivas e sociais (e, de certa forma, da economia como um todo) de funcionarem como vetores de transformação estrutural, tomada como verdadeira pela Teoria Crítica e tratada apenas como uma questão de incorporação do interesse nacional pelo realismo de Waltz.

Em relação ao primeiro aspecto, Cox chama atenção para o fato dos realistas estruturais utilizarem a história apenas como uma fonte provedora de exemplos

que embasam a sua teoria, assumindo que o futuro será sempre igual ao passado (COX, 1986). Na tradição positivista há uma preocupação com a previsibilidade, portanto, mas nenhuma atenção concedida às transformações estruturais capazes de ocorrer em determinados contextos históricos. Há uma relação com a dimensão da dialética, elemento fundamental do Materialismo Histórico, que, no contexto da Teoria Crítica, é considerada como o fator potencial para promover formas alternativas de desenvolvimento que surgem da confrontação de ideias opostas, ou seja, do conflito (COX, 1986). Por sua vez, para o Realismo Estrutural (de acordo com Waltz), o conflito é basicamente uma produção inevitável do sistema estatal anárquico no qual apenas cada Estado pode garantir a sua própria segurança. Ou seja, o conflito é um fenômeno recorrente dentro de uma determinada estrutura, que dificilmente será alterada.

Sobre a questão da distribuição e configuração do poder entre os Estados, o Realismo Estrutural horizontaliza o poder ao considerar em seu quadro analítico somente as grandes potências como relevantes nos arranjos de poder no sistema internacional, enquanto que a Teoria Crítica adiciona o elemento da verticalização para distinguir claramente os Estados que são os dominantes e os que são Estados subordinados (COX, 1986). Dessa forma, o Realismo Estrutural acaba se configurando como um conjunto de padrões recorrentes que de certa forma ignora a chamada “periferia” e apoia a reprodução de um sistema que beneficia o gerenciamento do poder pelas grandes potências. A “denúncia” que Cox faz ao afirmar que toda teoria é para alguém e com algum propósito aparece de forma bastante clara a partir dessa reflexão.

A respeito do papel da sociedade civil, Cox (1986) alerta para o fato de o Realismo Estrutural tratar a sociedade civil como um elemento que constrange a atividade estatal ao impor seus interesses de forma às vezes contrária à razão de Estado, considerada por esta abordagem como uma questão independente da esfera civil. Para a Teoria Crítica, por outro lado, tomar o complexo “Estado/sociedade civil” como a entidade que constitui a ordem mundial permite explorar as formas assumidas por esses complexos em diversos momentos da história, facilitando o entendimento das mudanças. Um exemplo interessante para ilustrar esse ponto é o que diz respeito às formas de dominação hegemônica da *Pax Britannica* e da *Pax Americana*. Para os realistas estruturais, o processo de dominação dessas duas potências respondeu às mesmas questões estruturais em momentos diferentes, dentro do quadro analítico da teoria que assume o sistema anárquico e o objetivo de busca dos Estados por segurança. Já para os teóricos críticos, há diferenças fundamentais quanto às características do Estado britânico no século XIX e o Estado norte-americano no século XX que correspondem a comportamentos também distintos, adequados ao contexto histórico no qual estavam inseridos. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005)

Por fim, no tocante ao elemento econômico, enfatizadas as relações de produção, ressalta-se que este é indispensável para a compreensão das transições de ordens mundiais pela ótica da Teoria Crítica. Para Cox (1986), a atividade econômica, que cria a riqueza da sociedade e que constitui a base da habilidade do Estado de mobilizar poder, se dá em termos das relações entre os que controlam e os que executam as tarefas de produção. É esperado que o conflito político emergja dessas relações e que a ação do Estado seja no sentido de manter ou efetuar mudanças a respeito. Ou seja, a Teoria Crítica examina as relações existentes entre as forças produtivas, o Estado e seus efeitos na ordem mundial, tornando a separação entre política e economia uma tarefa impossível. Enquanto isso, o Realismo Estrutural toma os fatores produtivos como um elemento da economia que se incorpora ao interesse nacional, uma vez que considera os Estados como elementos fechados, cujas questões internas não interferem diretamente nas suas decisões, já que estes atuam respondendo à estrutura do sistema.

Assim, a maior crítica que Cox (1986) efetua ao Realismo Estrutural é a sua incapacidade de considerar ou de explicar transformações estruturais. No entanto, admite que as tarefas das abordagens positivistas e da abordagem crítica possuem objetivos diferentes em termos de ciências. O Realismo Estrutural e as teorias positivistas funcionam bem para momentos de relativa estabilidade em termos de arranjo de poder (como durante a Guerra Fria, onde a bipolaridade parece encaixar-se perfeitamente nas premissas do realismo de Waltz) e procuram encontrar leis que explicam a regularidade do comportamento dos atores e que são observáveis empiricamente, sustentando a teoria. A abordagem crítica procura ir além: ao assumir uma visão historicista, ela busca vislumbrar possibilidades de transformação estrutural.

#### **4 Os aspectos constitutivos da Teoria Crítica**

Esta seção objetiva explicar alguns dos principais aspectos constitutivos da Teoria Crítica desenvolvida por Robert Cox. Dessa forma, serão abordados os seguintes elementos: a unidade de análise utilizada pela teoria em questão; as forças envolvidas nas dinâmicas de configuração e modificação das estruturas, em contextos históricos; e os níveis ou esferas de atividade nas quais as forças envolvidas desempenham seus papéis.

Para a Teoria Crítica desenvolvida por Cox, os estudos de Relações Internacionais devem tomar o complexo “Estado/sociedade civil” como a unidade fundamental de análise (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Segundo Cox (1986), as abordagens positivistas, ao assumirem simplesmente o Estado como o ator basilar da política internacional, acabam não explorando a existência de uma pluralidade de formas de Estados e as dinâmicas que tal questão pode suscitar. O

que se pode verificar nesse sentido é que a Teoria Crítica, de certa forma, tenta abrir a “caixa preta” do Estado tal como este é concebido pelas abordagens positivistas (sobretudo, o Realismo Estrutural), ao considerar a interação entre o ente estatal e a sociedade civil como uma força capaz de alterar estruturas tomadas como exógenas por outras teorias.

A respeito das forças potenciais que interagem em uma estrutura, Cox (1986) as classifica em três categorias. São estas: as capacidades materiais, as ideias e as instituições. As capacidades materiais são verificadas tanto nas suas formas acumuladas e mais estáticas, como no caso da riqueza e dos recursos naturais, quanto nas suas formas dinâmicas, como a capacidade tecnológica e organizacional de transformar e agregar valor às formas acumuladas. Assim, a Teoria Crítica oferece um quadro mais amplo para a consideração do poder material, entendendo-o como algo fundamental e inegável nas relações internacionais, mas conferindo-lhe uma dimensão maior do que a proporcionada pelo Realismo Estrutural. A respeito das ideias, Cox as considera como sendo de dois tipos. A primeira tipologia define ideias como significados intersubjetivos, ou seja, noções construídas a partir das relações entre indivíduos, duráveis, mas também condicionadas historicamente. Já o segundo tipo seria o formado por imagens coletivas de uma ordem social sustentada por determinados grupos. Para a Teoria Crítica, os significados intersubjetivos são amplamente partilhados em um determinado momento histórico, mas imagens coletivas podem ser de vários tipos, uma vez que estão conectadas a várias ordens sociais existentes situadas em determinado contexto. É do choque que surge a partir de imagens coletivas opostas e rivais que são fornecidos os caminhos para o nascimento de uma nova estrutura. Por fim, a respeito das instituições, Cox traz o entendimento de que estas funcionam como um meio de estabilizar e perpetuar uma ordem social particular, refletindo, portanto, as relações de poder dominantes no contexto e tratando de encorajar a reprodução de imagens coletivas consistentes com a manutenção dessa ordem.

É importante ressaltar que a Teoria Crítica não determina uma hierarquia entre as três forças potenciais descritas anteriormente: as relações entre elas são entendidas como recíprocas, sendo que o sentido em que as interações se dão entre as mesmas dependerá do contexto histórico nas quais se encontram. Segundo Cox (1986, p. 219): “Instituições são amálgamas particulares de ideias e poder material que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento de ideias e capacidades materiais”. Tal frase enfatiza o caráter recíproco das três forças que interagem em uma estrutura, negando a premissa neorrealista de que seriam as capacidades materiais, e elas somente, os elementos decisivos para definir as condições sobre as quais se desenvolvem as ações dos agentes no sistema internacional.

Ainda a respeito das três forças potenciais, cabe mencionar a influência exercida pelo pensamento gramsciano na formulação da Teoria Crítica de Cox e

como esta guarda especial relação com um determinado conceito de hegemonia. Para Gramsci, a hegemonia significa a aplicação de processos de institucionalização e construção da legitimidade do poder, que tornam viáveis as ações das classes dominantes em diversas esferas da política mundial, colocando as forças potenciais das ideias e das instituições como questões tão decisivas para o entendimento do poder quanto às capacidades materiais. Ao utilizar a noção de hegemonia desenvolvida pelo pensador italiano, Cox foi capaz de incorporar fatores políticos e normativos às relações internacionais, tornando sua teoria fundamentalmente diferente das abordagens positivistas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A fim de analisar como as três forças potenciais se engajam em processos de formação de ordens hegemônicas, Cox (1986) propõe o método das estruturas históricas aplicado a três níveis ou esferas de atividade. Os três níveis seriam os seguintes: as forças sociais, que dizem respeito à organização da produção e como esta organização as engendra; as formas de Estado, enquanto derivadas dos complexos “Estado/sociedade civil” e que são, portanto, diversas; e as ordens mundiais, entendidas como configurações particulares de forças que definem as dinâmicas de guerra e paz para o conjunto de Estados. Mais uma vez, é necessário entender o sistema tripartite de Cox como um conjunto recíproco e inter-relacionado. Isso significa dizer, por exemplo, que mudanças na organização da produção, através de um processo social, gerarão novas forças, capazes de trazer mudanças na estrutura dos Estados, seja a forma que este assumir enquanto complexo “Estado/sociedade civil”. Por fim, a generalização das mudanças na estrutura dos Estados alterará a maneira como as unidades se relacionam no sistema internacional e a ordem mundial existente. As ordens hegemônicas se alterarão através das dinâmicas de relação entre as forças potenciais nos três níveis de atividade, portanto.

O método das estruturas históricas é assim chamado porque Cox (1986) enfatiza que a estrutura histórica não representa o mundo inteiro, mas sim, uma esfera particular de atividade localizada em uma determinada totalidade histórica. Ou seja, mais uma vez, fica evidente o caráter contextual da Teoria Crítica, que rejeita a elaboração de um quadro analítico aplicável às relações internacionais independentemente de localização no tempo ou espaço.

## 5 Conclusões

A Teoria Crítica, tal como pensada por Robert Cox, surgiu no campo das Relações Internacionais como uma abordagem inovadora e capaz de contribuir para o enriquecimento dos estudos das cada vez mais complexas dinâmicas da política internacional. Em um contexto dominado pelos debates entre as abordagens positivistas, principalmente pelo Realismo Estrutural, a Teoria Crítica representou a possibilidade de incluir o papel das forças sociais e das instituições ao entendimento

dos fenômenos das relações internacionais, conferindo uma orientação histórica, contextual e social a estas questões e consolidando-se como uma perspectiva adequada para a formulação de explicações que envolvem mudanças mais profundas do sistema internacional.

O Realismo Estrutural, muito embora exitoso em conferir às Relações Internacionais um caráter de ciência autônoma, de consolidar conceitos basilares dessa ciência e de definir elegantemente as variáveis e premissas a serem levadas em conta na análise das problemáticas do tema, apresenta algumas lacunas que se tornam mais evidentes à medida que as relações globais se tornam mais abrangentes, mais complexas e mais diversificadas. Na realidade contemporânea, tratar as dinâmicas do sistema internacional somente como resultados dos interesses dos Estados nacionais, que são motivados pela manutenção e ampliação de seu poder a fim de realizar tais interesses, dentro de um quadro rígido e imutável, e tomar esses elementos como constituídos de maneira exógena, desconsiderando o caráter social da construção dos mesmos, me parece pouco profícuo e insuficiente. Evidentemente, o Realismo Estrutural (bem como as demais abordagens positivistas) possuem um arranjo teórico muito mais elaborado do que o descrito nas linhas anteriores. No entanto, é precisamente o ponto principal que sustenta o Realismo Estrutural, o da manutenção de uma lógica estrutural imutável, que o torna incompleto para a realidade pós-Guerra Fria e mesmo pós-11/09.

A multiplicidade de atores com diferentes capacidades de poder (como as organizações internacionais, as organizações não governamentais e as empresas transnacionais, além do tradicional ator estatal), as diversas motivações dos Estados para envolverem-se em conflitos (geopolíticos, econômicos, étnicos, religiosos, entre outros), os processos sociais cada vez mais capazes de influenciar a decisão dos líderes estatais (principalmente pela rápida disseminação da opinião pública através dos meios de comunicação), a crescente e inegável relevância das relações econômicas entre os diversos agentes (considerando que a detenção de riqueza é um fator primordial de poder) e a expansão considerável da agenda internacional (que sofre cada vez mais a influência da projeção das agendas domésticas para o âmbito internacional) são apenas alguns dos exemplos que demonstram a evolução da complexidade das relações internacionais nas últimas décadas e que permitem vislumbrar mudanças mais profundas no horizonte. Seguir considerando o Estado como único ator relevante do campo de estudos e, sobretudo, manter a sua caracterização enquanto uma “caixa preta” cujas motivações são constituídas devido a fatores exógenos significa ignorar uma variedade de questões a serem levadas em conta quando se estuda e se pesquisa Relações Internacionais. Mais do que isso, significa desprezar o papel das forças sociais e das instituições enquanto fatores que têm lugar no âmbito doméstico do Estado e que projetam consequências para o âmbito internacional. O grande mérito de Cox e de sua Teoria Crítica é, na opinião

desta autora, proporcionar um mecanismo que torna possível a compreensão de que as esferas interna e externa dos Estados estão em constante interação e que as motivações para o comportamento dos agentes no sistema internacional são construídas socialmente. Por fim, a Teoria Crítica possui ainda uma dimensão valorativa, no momento em que permite a compreensão de como as hegemonias são constituídas nos diversos níveis de atividade das estruturas, funcionando como uma forma de conscientização e libertação humana. Tal dimensão permite que os indivíduos, pertencentes a uma determinada ordem social, promovam mudanças capazes de alterar essa ordem vigente e de desencadear um processo que estabeleça, inclusive, uma ordem mundial distinta à anterior. A Teoria Crítica não se limita, portanto, a explicar os fenômenos das relações internacionais: ela possui um caráter normativo e uma função específica que envolve estabelecer que a estrutura do sistema internacional seja passível de mudança.

Por outro lado, talvez até mesmo em virtude de possuir uma dimensão normativa e despreocupada com o positivismo e a cientificidade da teoria, a Teoria Crítica falha em determinar um quadro analítico e uma metodologia mais definidas, que permitam a continuidade de um programa de pesquisa mais bem consolidado. De qualquer forma, é inegável a influência que os trabalhos de Cox e de outros teóricos críticos exerceram no desenvolvimento das abordagens pós-positivistas das Relações Internacionais, tais como a Teoria Normativa e, de maneira mais proeminente, o Construtivismo. Não há dúvidas de que as demandas do campo de estudos das Relações Internacionais serão cada vez mais complexas e que, portanto, contribuições no sentido de problematizar e provocar produções mais aprofundadas de seus fenômenos serão necessárias e valiosas.

## The Critical Theory of International Relations: Questioning the Positivist Tradition of Structural Realism

**ABSTRACT:** This article presents the main aspects of Critical Theory of International Relations, using the work developed by Robert Cox as a main reference. Firstly, it will be explained how Critical Theory has interpreted Marxism, emphasizing its historicist approach. Next, the epistemological contributions of Critical Theory will be discussed, as well as how they represent a questioning approach to the positivist tradition of International Relations, mainly represented by the Structural Realism. Following, the characteristics and logics of Cox's Critical Theory will be explained. Finally, conclusion will bring an analysis and reflections regarding the importance of Critical Theory to the studies of contemporary International Relations.

**KEYWORDS:** International Relations theory, Critical Theory, Marxism, Historical Materialism.

### Referências

COX, Robert. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory. In: *Neorealism and its critics*, ed Keohane, cap. 8, p. 204-255, 1986.

DINIZ, Eugenio. *Política Internacional: guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MOOLAKKATTU, J.S. *Robert W. Cox and Critical Theory of International Relations*. *International Studies*, v. 46, p. 439-456, out. 2009.

NOGUEIRA, João Pontes de; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.

SHAPCOTT, Richard. Critical Theory. In: *The Oxford Handbook of International Relations*, Ed Reus e Smit-Snidal, cap. 19, p. 327-346, 2008.

SILVA, Marco Antonio de Menezes. Teoria Crítica em Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, v. 27, n. 2, 2005.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: *International Theory Positivism and Beyond*, Ed Smith, Booth, Zalewski, cap. 1, p. 11-44, 1996.